

Começo por agradecer o convite que me foi feito para estar aqui, abordando um tema que me é tão grato: Timor- Leste.

Assim, vou começar por situar geopoliticamente e descrever a paisagem sociolinguística deste ainda jovem país, que nos permitirá compreender melhor a sua política linguística, incluindo nesta, a política linguística educativa. Apresentarei, ao longo da minha exposição e no final alguns constrangimentos, algumas sombras, que têm surgido, dificultando a implementação de uma planificação linguística desejável.

1. Situação geopolítica e paisagem sociolinguística de Timor-Leste

Timor-Leste, que se tornou no primeiro Estado do terceiro milénio, acarreta consigo uma série de interrogações no que se refere quer à sua situação geográfica, quer à sua paisagem sociolinguística.

Relativamente ao primeiro ponto, uns situam-no na Ásia, outros na Oceânia e outros ainda no “sudeste-asiático”¹, mas, sem sombra de dúvida, na parte oriental da ilha de Timor (Imagem 1).

¹ Designação “recente e de origem militar: surgiu em 1943, quando os Aliados, pretendendo recuperar a península Indochinesa e a Insulíndia ocupadas pelos japoneses, confiaram ao almirante Mountbatten o comando unificado das suas forças na região - a que chamaram « South East Asia Command»”(Cf.Thomaz 2008:209)



Imagem 1. Situação geográfica de Timor-Leste. (in *Atlas de Timor Leste*, 2002, pp 26/27)

O naturalista inglês Alfred Russel Wallace, co-autor da teoria da evolução das espécies de Darwin, afirmava, nos anos 60 do séc. XIX, como refere Fréferic Durand (2011:17), que “ l’île de Timor se trouvait au carrefour des mondes asiatique et mélanésien, tant d’un point de vue zoologique que botanique”.

No que respeita ao aspeto linguístico, a nossa 2ª questão, Timor insere-se, igualmente, na zona representativa da maior diversidade linguística mundial onde um décimo, aproximadamente, das línguas mundialmente conhecidas é falado por apenas um por cento da população mundial (Ethnologue; Cf.Batoréo 2008) Com os seus cerca de 15 000 Km², Timor Leste é um autêntico mosaico linguístico com um número muito variável de línguas identificadas. Vejamos alguns exemplos: neste pequeno espaço, Durand, professor da Universidade de Toulouse, (2011) recensou 31 grupos etnolinguísticos; Leclerc (2012), professor na Universidade de Laval, no seu sitio “L’aménagement linguistique dans le monde” propõe 19 línguas; Geoffrey Hull, sociolinguista australiano propunha, em 2002, 16 línguas e, em 2005, 15, sendo 12 de origem austronésia (austronésica ou malaio-polinésicas) e 4 (Bunak, Makasai, Makalero e Fataluko), 3, em 2005, de origem papua (ou melanésicas ou “pré-austronésica”, de acordo com Capell), linguisticamente aparentadas com as das populações da Nova Guiné. Luís Filipe Thomaz, historiador e especialista da presença portuguesa no Oriente, sugere a existência “de 19 a 31”, explicando que “a discrepância [quanto ao número de línguas advém] do critério adoptado na distinção entre as línguas autónomas e variantes dialectais da mesma língua” (2002:141)

Por seu turno, Luís Costa, especialista timorense em Línguas e cultura timorenses, num artigo a aguardar publicação, propõe a existência de 14 línguas austronésias, 14 dialetos e 4 línguas papuas² e 3 dialetos.

Quadro síntese: Línguas autóctones de Timor-Leste

Autores	Línguas	Nº	
Durand (2011,2002)	Papuas, melanésicas ou “pré-austronésicas” (Capell)	Austronésicas, austronésias ou malaio-polinésias	31 línguas
Leclerc (2004, 2012)			19 línguas
Hull (2002,2005)			16/15 línguas
Thomaz (2002)			19-31 línguas
Costa (2005)			18 línguas e 7 dialetos

Finalmente, Durand (2011:18), baseando-se nos resultados do Censo 2004, realizado naquele país, apresenta o seguinte mapa das principais grupos etnolinguísticos (ver Imagem 2)

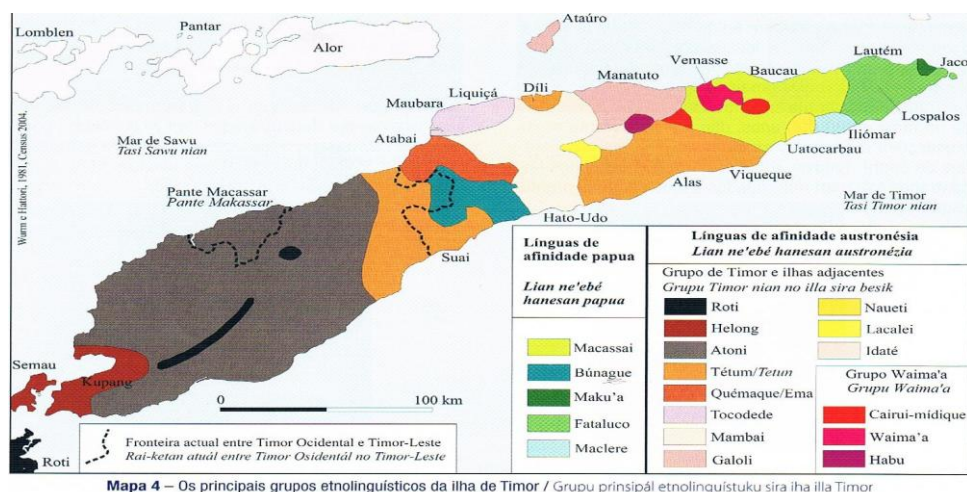


Imagem 2. Principais grupos etnolinguísticos de Timor –Leste. (In Durand 2010b, p.25)

Esta falta de unanimidade quanto ao número, estende-se à própria designação das línguas, à sua grafia e, frequentemente, quanto aos espaços que estas ocupam e ao número de falantes.

² O *makua*, cuja origem é controversa, encontra-se em risco de desaparecer, com o falecimento da última falante, em 2008 (informação recolhida por Lúcia Soares, em Díli, em Setembro de 2010), embora Luís Costa, no já citado artigo a publicar, apresente dados diferentes (50 falantes em 2005 e 30, em 2009), explicando que esta diminuição de falantes se deve ao facto destes terem optado pelo *fataluco*.

De qualquer forma, todos os investigadores concordam com a existência de duas grandes famílias linguísticas, cuja presença se pode apresentar distribuída da seguinte forma³ (ver Imagem 3):

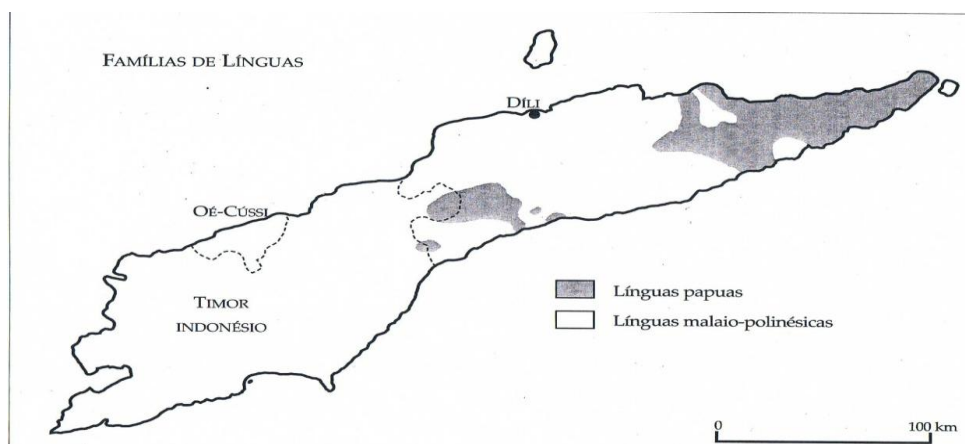


Imagem 3. Mapa da Família das línguas autóctones de Timor-Leste. (In Thomaz 2002, p.47)

Sabemos que o rei português, D. Manuel I, ordenou ao Vice-rei da Índia, Afonso de Albuquerque, que havia conquistado o sultanato de Malaca em 1511, que enviasse uma expedição para saber de que lado do meridiano se situavam as Ilhas Molucas, local de onde vinham as especiarias. É na sequência deste pedido que surge a 1ª menção a Timor, feita pelos portugueses, numa carta da Ásia do Sudeste com a referência “A ilha de Timor onde nasce o sândalo”, datada de 1512 e desenhada pelo jovem cartógrafo Francisco Rodrigues (cf. Loureiro; 2001:96), que assim inscreve a ilha de Timor na cartografia europeia.

³ Não há unanimidade nesta apresentação porque não há consenso quanto à origem da língua Lovaia, nem quanto ao facto de o maku'a(makuva) ser um seu dialeto ou ser a mesma língua, apenas com outra designação.

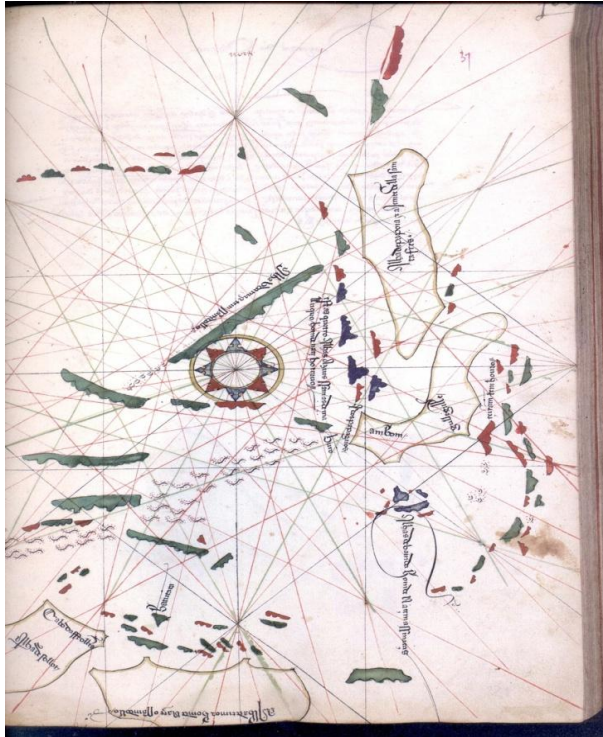


Imagem 4. 1ª carta representando a ilha de Timor. (In Garcia 2008).

Desde 1550, competia aos padres dominicanos, instalados na ilha de Solor, a 150 km da costa norte de Timor, supervisionar o comércio do sândalo com os chefes locais. Tudo isto permite-nos pensar que, desde o séc. XVI, a colonização e o contacto com a língua portuguesa se foram fazendo por via do comércio e da missão da Igreja Católica. Ainda que Portugal só tenha enviado, a pedido dos padres dominicanos, o 1º governador, no dealbar do séc. XVIII (1703), muitos historiadores (Cf. Durand 2011, Atlas de Timor Leste 2002) consideram que este momento indicia apenas a passagem efetiva a protetorado⁴ e que a colonização só ocorreu, na 2ª metade do séc. XIX, a partir do momento em que os governadores portugueses procuraram impor um controlo político-administrativo (Cf. Durand 2010 ; 2011).

E foi assim que, durante cerca de 400 anos, portugueses e timorenses foram interagindo com maior ou menor pacifismo, até que, em maio de 1974, na sequência da “Revolução dos Cravos”, os timorenses aproveitaram para criar partidos políticos, entre eles, a UDT (União Democrática Timorense), a ASDT (Associação Social-Democrata Timorense), que mais tarde deu origem à FRETILIN, e a APODETI

⁴ “Os portugueses começaram a interferir na política interna da Ilha em 1642, vindo o protetorado português a consolidar-se em 1703 com a chegada do primeiro governador nomeado por Lisboa” (Atlas de Timor Leste; 2002:36)

(Associação Popular Democrática de Timor). Quando, em Novembro de 1975, cinco partidos do território, incluindo a própria APODETI, que defendia a integração na Indonésia, se reuniram na Austrália, ainda crentes que a Independência se aproximava, à semelhança de outras antigas províncias ultramarinas portuguesas, dados os acontecimentos decorrentes do 25 de Abril de 1974, em Portugal, acordaram escolher o português como língua oficial. Contudo, esta decisão levou tempo a ser concretizada. As forças indonésias, que desde Setembro desse ano multiplicavam as suas ofensivas às povoações fronteiriças, fazendo crer que receavam o abandono do território pelos antigos colonizadores e a instauração de um governo “comunista” da FRETILIN, invadiram Timor Leste a 7 de Dezembro desse ano. Esta ocupação “só esmoreceu com a crescente inconveniência da continuidade do conluio e apoio dos países potentes da guerra fria nos anos precedentes (conluio económico do vizinho do sul, a Austrália)”, como referem Brito e Côrte-Real (2006:75).

Como resultado deste período de 25 anos (de 7 de Dezembro de 1975 a Setembro de 1999, data do referendo que permitiu a independência de Timor Leste) o *bahasa*, malaio indonésio, foi imposto a toda a população de Timor Leste, enquanto o português foi proibido.

Só em Agosto de 2000, aquando do Congresso do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), o português seria votado como língua oficial e o tétum ganharia o estatuto de língua nacional. Contudo, a imposição do *bahasa* tinha provocado uma cisão linguística no seio da população: enquanto os mais velhos falavam português, os mais novos falavam agora *bahasa*.

2. Os caminhos

a. Política Linguística

Em 2002, a Constituição estabelecia como línguas oficiais (artigo 13º) o tétum e o português e como línguas de trabalho (159º artigo), “enquanto tal se mostrar necessário”, a língua indonésia e o inglês. O documento salvaguardava ainda o lugar das outras línguas nacionais que, além de preservadas e protegidas, devem ainda ser valorizadas e desenvolvidas, funções atribuídas ao Instituto Nacional de Linguística,

criado pelo Governo em 2001, que funciona junto da Universidade Nacional de Timor-Leste. A este instituto cabia igualmente “ a elaboração de um padrão ortográfico para o tétum, mas também adequado às demais línguas indígenas (definidas “línguas nacionais”)” (Hull 2005). Esta proposta ortográfica surge concluída em 2004, sendo promulgada em Abril desse ano. Nesse mesmo decreto (decreto do Governo 1/2004), no artigo 4º, é redefinido o papel do Instituto Nacional de Linguística (INL), identificando entre outras as seguintes competências:

1. O INL é a guardiã científica do Tétum Oficial.(sic)
2. O INL deve continuar a desenvolver actividades científicas necessárias à preservação e protecção das restantes línguas nacionais, trabalhando nomeadamente os respetivos padrões ortográficos.
3. O trabalho de pesquisa e desenvolvimento do Tétum e restantes línguas nacionais da República Democrática de Timor – Leste (RDTL) deve ser conduzido em estreita cooperação com o INL.

Já mais recentemente, o Parlamento Nacional, na sua resolução nº20/2011 de 7 de Setembro vem reforçar a importância da Política Linguística no país, afirmando:

“Em Timor-Leste, pela sua intrínseca diversidade linguística e cultural, e pelas cicatrizes deixadas pela ocupação que se seguiu à Proclamação da Independência, a política da língua é também essencial à construção da identidade nacional, à consolidação do Estado de Direito, à afirmação do país na região e no mundo e, sobretudo, à garantia de coexistência pacífica no seu seio.”

No mesmo documento são identificadas algumas das suas funções:

- “meio para aceder e contribuir para o conhecimento universal”;
- “meio privilegiado para consolidar a unidade e coesão nacionais, ao permitir a comunicação harmoniosa entre as partes que compõem o todo nacional e a interacção com povos historicamente irmanados, no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”,

evidenciando, deste modo, o seu “carácter essencialmente estratégico”. (pag 1)

Mas porquê esta preponderância do tétum sobre as restantes línguas nacionais?

Até à ocupação indonésia, o *tétum*⁵, ainda que tendo um menor número de falantes do que o *mambai*, era a língua mais difundida e mais utilizada, razão pela qual já era considerada língua veicular em quase todo o território (Cf.Thomaz 2002). Segundo este autor

“Exceptuando o caso dos fataluco, no extremo Leste da ilha, [e dos baiquenos, acrescentamos nós] que preferiam usar o português como segunda língua, o *tétum-praça* era, até à invasão indonésia, usado universalmente como língua veicular nos contactos entre as populações de diferentes línguas, reservado que ficava o português para uso escrito e fins culturais oficiais” (Thomaz 2002: 103).

Há pois várias hipóteses que procuram explicar esta predominância do *tétum*. Thomaz (2002) formulou algumas sem optar por nenhuma⁶, mas, hoje, considera-se que não haja apenas uma razão, mas um somatório de circunstâncias que levaram a esta situação.

Atualmente, se tivermos em conta os resultados do Census 2004, verificamos que as 3 línguas que apresentam maior número de falantes são: o *tétum praça* com 24,1%; o *mambai* com 17,7% e o *makasai* com 12,1%. (Durand 2011:114)

No que se refere à coabitação linguística, vejamos o que Geoffrey Hull e Lance Eccles escrevem na sua « Gramática da Língua *Tétum* »:

“ Um dos resultados dos quatrocentos anos de domínio directo e indirecto por Portugal é o facto de as línguas de Timor-Leste terem sido parcialmente assimiladas a uma língua europeia, podendo hoje ser descritas, num sentido literal, como “europeóides” (...) Esta europeização das línguas de Timor-Leste reflecte fielmente a natureza híbrida da civilização dos timorenses de leste, uma síntese inextricável de elementos indígenas e latinos, mais semelhante à cultura das Filipinas do que a qualquer uma da Indonésia” (2005 : IV).

⁵ Ao mencionarmos o *tétum* referimo-nos à variedade utilizada em Díli, o *tétum praça*.

⁶ Entre essas várias hipóteses destaquemos a sua ligação à projeção cultural de Soibada: “o *tétum* teria sido difundido pelos missionários a partir da missão de Soibada – sita numa das áreas em que o *tétum* é língua própria”(Thomaz 2002:67) e ao poder político: “o *tétum* se teria difundido como língua franca a partir de Díli, onde a capital foi colocada em 1769” (Thomaz 2002: 68), ou ainda de estar relacionado com as conquistas de metade oriental da ilha por um poder político que falava *tétum*, *os datos belos*, e, por outro, com a hegemonia de dois reinos o de Ué-Hali (Wehali ou Bé-háli) e o de Luca perto de Viqueque.

No que respeita ao número de utilizadores timorenses de português com competências literácicas (falar, ler e escrever), de acordo com o Censur (Survey) realizado em 2010, a percentagem no grupo etário dos 5 anos e superior (idade escolar), 901.323 habitantes, de um total de 1.0666.582 , é de 23,6%, enquanto, entre os adultos (15 anos e superior) a taxa de alfabetização (“Adult literacy rate”)⁷, é de 25.2%. No Censur de 2007, tínhamos 15,6% do total dos inquiridos, enquanto no de 2004, citado por Durand (2011:114), o resultado é de 13,6. Atualmente, observando a situação *in loco*⁸, constata-se que apenas os mais velhos e as crianças falam português, embora o utilizem de forma diferenciada : os mais velhos procuram evidenciar o seu domínio e encontrar situações para o fazer, enquanto os mais novos o utilizam, sobretudo, em sala de aula. Importa ainda referir que, de acordo com o Censur 2010, a taxa de alfabetização de adultos⁹ é de 56.1/% para o Tétum, de 45.3% para o Malaio indonésio, e de 14.6% para o Inglês enquanto entre a população com 5 anos e mais, a literacia em Tétum é de 53, 43%, em Indonésio 36,03% e em inglês 11,5%.

b. Política Linguística Educativa

Mas se do ponto de vista político o reconhecimento das várias línguas é um facto, o que se passa sob o ponto de vista da política educativa?

Desse ponto de vista e depois de analisados o Plano do Currículo Nacional do Ensino Primário (Novembro 2005), o Programa de Tétum para o Ensino Primário (2005) e os currículos do 3º ciclo (2007) e secundário (2012) constata-se que as línguas que têm visibilidade escolar são o Tétum, o Português, o Malaio indonésio e o Inglês, distribuídos ao longo do percurso escolar da seguinte forma e com a seguinte carga horária:

⁷ “Adult literacy rate. The percentage of persons 15 and over who are literate (can speak, read and write) in Tetun, Portuguese, Bahasa Indonesia and English Language)”. In “Timor-Leste, Census 2010, figures at a Glance” pag xvii

⁸ No decorrer das observações de Lúcia Soares, aquando da sua estadia, de cerca de 2 meses, em Timor Leste, com a finalidade de recolher dados sobre a situação sociolinguística do país.

⁹ Ver nota 8

Quadro síntese: Distribuição da carga horária das línguas

Línguas	1º e 2º ciclos (Primário)	3º ciclo (Pré-secundário)	Secundário
Tétum	1º/2ª anos -5 h 3º ano - 4 h 4º ano - 3 h 5º/6º anos - 2 h	2h	3h
Português	1º /2º anos - 3h; 3º ano - 4h; 4º ano -5h; 5º /6º anos - 6h	6h	4h
Inglês	-----	3h	3h
Malaio indonésio (bahasa)	-----	-----	2h

Seria, pois, impensável excluir qualquer uma destas línguas da Escola pelas seguintes razões: o tétum é língua cooficial e nacional, língua de unidade nacional, enquanto o português é língua cooficial, língua “nacionalitária”, como lhe tem chamado várias vezes Roque Rodrigues nas suas palestras, o malaio indonésio é uma língua com forte implementação em Timor Leste, surgindo ligada aos negócios, aliás como o chinês, mas também à comunicação social (televisão, radio, jornais). As crianças aprendem-na de uma forma, muitas vezes, não formal e o seu futuro escolar encontra-se frequentemente ligado a este país e a esta língua. Os designados “internacionais” (funcionários de organizações internacionais), esses utilizam a língua inglesa.

O Plano do Currículo Nacional do Ensino Primário revela-se um dos documentos mais explícitos relativamente ao plurilinguismo e ao multiculturalismo timorense, identificando um grande número de línguas (30) naquele território e solicitando que “ Como sociedade multicultural que somos devemos **proteger, promover e respeitar as diversas culturas e línguas de Timor-Leste garantindo a promoção dessa diversidade cultural** (destaque nosso) e a sua partilha com outras partes do mundo. Os estudantes e os professores de Timor-Leste vêm do contexto das **diversas etnias**. Devem **respeitar e apreciar as culturas e as línguas** (destaque nosso) dos seus companheiros” (2005:15). Contudo, esta perspetiva é pouco explorada, pelo menos no âmbito das

línguas no Ensino Primário, onde apenas o Programa de Tétum menciona as restantes línguas “o **Tétum** é ensinado através do método (...), sendo **consideradas** também as **outras línguas do país** e estabelecendo a transição para a nova língua – o **português**”, assim como apela à sua utilização “(...)o **professor usa a língua que o aluno sabe [língua local] para responder** a situações reais do quotidiano” e “**A língua que sabe [língua local] deve servir de base para adquirir outra língua** com eficiência”. Existe igualmente a preocupação de definir o estatuto do Tétum “língua de ensino e aprendizagem” e de promover a convivialidade e o partenariado desta “Língua oficial do País, **em parceria** com o Português”. O Tétum é considerado em todos os currículos dos 3 níveis de ensino como um contributo para a afirmação da identidade nacional.

3. À laia de reflexão final

Será que a política linguística se irá desenvolver a partir da presente situação, reforçando-a ou será que o seu futuro se revela incerto? Há efetivamente alguns dados que poderão alterar o percurso atual.

Uma tipologia das políticas linguísticas permite criar modelos teóricos que fundamentam e determinam as ações de reorganização linguística (“*aménagement linguistique*”) e as responsabilidades dos diferentes atores, nomeadamente as do Estado. Debrucemo-nos, apenas, sobre o modelo proposto por Marcel Diki – Kidiri (2004) para um contexto plurilingue semelhante: “*multilinguismo convivial de Estado*”¹⁰. Este modelo parte do pressuposto que o desenvolvimento da língua é crucial para o desenvolvimento do saber e das tecnologias e considera que o multilinguismo africano, abordado pelo autor, questiona frequentemente a escolha da língua a desenvolver. Em geral, esta escolha inscreve-se num procedimento estratégico que leva em conta vários critérios (o estatuto da língua, o número de falantes, etc.). De acordo com o Diki – Kidiri, a situação sociolinguística clássica, em África, poderia ser representada por uma pirâmide de três andares, que adaptamos

¹⁰ Sagara (2008:62) aborda um conceito semelhante, o de **multilinguismo funcional convivial**, mas atribui-o a Adama Samassékou que terá partido do conceito de multilinguismo funcional hierarquizado (1994) para o de multilinguismo complementar (2003) e, finalmente, convivial.

aqui ao contexto timorense, com o forma de concluir a nossa reflexão: línguas de base¹¹, línguas de “masse”¹² e línguas de “crête”¹³ (ver Quadro 5).

Quadro-síntese : Situação sociolinguística de Timor-Leste

Situação	Situação sociolinguística	Política Linguística
Várias línguas de base.	Coexistem várias línguas de base.	De acordo com o artigo 13 da Constituição (2002) existem duas línguas <i>cooficiais</i> (artigo 13): o tétum e o português; duas línguas de trabalho (artigo 159): o malaio indonésio e o inglês e as restantes línguas ditas <i>nacionais</i> estão “à guarda” do Instituto Nacional de Linguística.
Algumas línguas <i>de masse</i>	Algumas <i>de masse</i> , se atendermos ao número de falantes e à extensão geográfica que ocupam, como, por exemplo: o <i>mambae</i> , o <i>macassae</i> e <i>baiqueno</i> .	
Língua de <i>masse</i> e de <i>crête</i>	O tétum, simultaneamente, língua de <i>masse</i> e de <i>crête</i> .	
Línguas <i>de crête</i>	3 línguas <i>de crête</i> : o português como línguas cooficial e 2 línguas de trabalho: o inglês e o malaio indonésio.	

O que pode ser representado da seguinte forma, utilizando a representação de Diki-Kidiri (2004)

¹¹ As línguas de base são línguas vernáculas, utilizadas pelos falantes nativos.

¹² As línguas de “masse” são línguas veiculares, associadas ao desenvolvimento de interação social.

¹³ As línguas de “crête” são as línguas que desempenham de certa forma o papel de línguas oficiais. Frequentemente, nestes contextos, são línguas herdadas dos colonizadores.

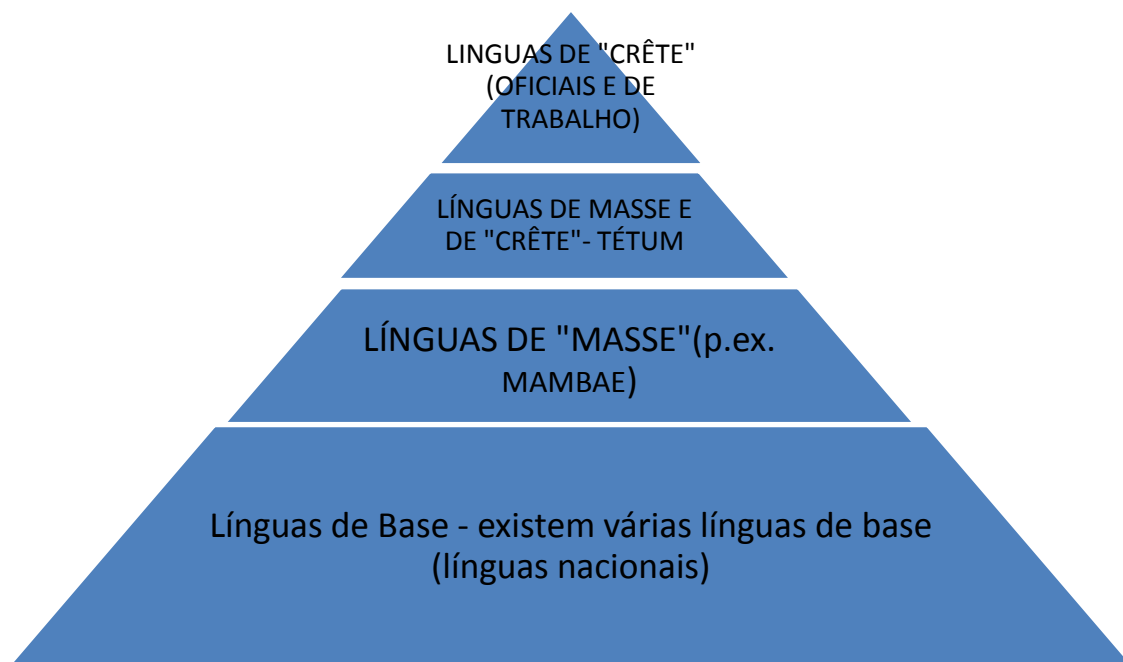


Imagem 5. Situação sociolinguística em Timor Leste (inspirado em Diki-Kidiri 2004)

O autor conclui, após analisar as políticas linguísticas praticadas pelos Estados africanos, que se desenha, na prática, uma versão minimalista deste modelo, que designa de “*bilinguismo convivial de Estado*”. De acordo com este modelo, um estado africano típico teria pelo menos uma língua europeia oficial de “crête” a manter e, pelo menos, uma língua autóctone de *masse* a desenvolver, tendo optado por uma política de ordenamento linguístico (“*aménagement linguistique*”) que visaria atingir, a curto prazo, a utilização convivial destas duas línguas. O Estado deveria facultar os seus serviços em ambas as línguas, bem como o acesso à sua aprendizagem, através do sistema educativo. Na opinião do autor, o “bilinguismo convivial de Estado” estaria em condições de, a prazo, contribuir para a construção de sociedades capazes de utilizar sem complexos uma ou outra língua, conforme os seus interesses, e de se desenvolverem de forma sustentada e com serenidade. Seria esta, aparentemente, de acordo com os documentos analisados, a situação em perspectiva para Timor Leste.

E se escrevemos *aparentemente* é porque neste momento o ambiente político timorense é, no nosso entender, bastante ambíguo no âmbito exatamente da política linguística educativa.

Em primeiro lugar, há a referir o Projeto *Educação multilíngue baseada na língua materna*, proposto pela Comissão Nacional de Educação com o apoio da UNICEF – Timor Leste, representadas na pessoa de Kirsty Sword Gusmão, presidente de ambas e que mais recentemente, recebeu o aval do Ministério da Educação. Este novo olhar sobre a Educação linguística teve o seu primeiro evento público em 2008, com uma conferência Internacional sobre Educação Bilingue em Timor – Leste, realizada em Díli, com o apoio das instituições/organizações supra referidas e da ONG Care. De acordo com Kirsty Gusmão, a “«Política da Educação Multilíngue Baseada na Língua Materna» pretende

“ajudar o estado timorense a alcançar os seguintes objectivos, em conformidade com as normas e a boas práticas internacionais:

- a. *Objectivos da aprendizagem* através da facilitação de maior acesso às matérias curriculares, incluindo cognitivamente a busca de informação e capacidades abstratas. Todos os alunos poderão ser multilíngues (falando fluentemente todas as línguas visadas) e multiliterados (aptos a ler e escrever todas as línguas visadas) a fim de maximizar os benefícios cognitivos e comunicativos.
- b. *Objectivos Linguísticos* através do ensino da literacia inicial na primeira língua dos aprendizes, provendo bases de competências que prontamente possam ser transferidas para as línguas adicionais (Tétum, Português etc.)
- c. *Objectivos sociais e económicos* através da optimização da conexão casa-escola, criando maior coesão da família, maior taxa de participação nas escolas, melhorias nas taxas de sucesso em todas as escolas, e realização mais equitativa em toda a linha divisória de género, regional, rural e da classe social.”

(transcrito da notícia da agência (c) PNN Portuguese News Network, de 2011-08-10 e publicada em a 11 de Agosto de 2011 no blog *Página Global*.)

Com esta proposta, o ensino nos 6 primeiros anos de escolaridade será feito na língua materna da criança até ao 3º ou 4º ano, altura em que seria introduzido o tétum, enquanto o português aguardará pelo 5º ano e o inglês pelo 6º. Certo é que a comunidade lusófona reagiu contra a proposta, acusando Kirsty Gusmão de querer abolir o português do ensino em Timor Leste. Também personalidades leste timorenses, como Mari Alkatiri, vieram alertar para os perigos que tal medida poderia acarretar “Isso é impossível! É a balcanização do país. Deve-se fazer um esforço para desenvolver todas as línguas e não confundir isso com a necessidade de ter uma língua unificadora.” “Tétum e português devem andar juntas”, declarou o político. (19/03/2012 iOnline). Outros chamam a atenção para a inconstitucionalidade da

proposta, uma vez que o artigo 95 da Constituição da RDTL atribui ao Parlamento Nacional a faculdade de legislar sobre as bases do sistema de ensino, de acordo com a Lei de Bases da Educação nº 14/2008 de 29 de outubro. O próprio Parlamento reage a 26 de Outubro de 2010, através da Resolução nº24/2010 sobre o Uso das Línguas Oficiais, reforçado por uma nova resolução, nº20/2011, relativa à Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de uma Identidade Própria e Original no Mundo. Também Agostinho Soares, presidente do Sindicato dos Professores, alerta que “poderão ser retomadas antigas rivalidades entre sucos” o designado “suquismo”, como refere Davi B. de Albuquerque no blog Página Global a 12/10/2011 e o deputado do CNRT Arão Noé pediu que “Para dignificar a nossa identidade, os documentos que circulam no nosso país devem ser escritos em português”, justificando “nos países da CPLP a documentação é escrita também em Português, e unicamente em Timor -Leste é que esses documentos são só escritos em inglês(...)(citado por Hanna Batoréo, na entrevista concedida a Joana Freitas, HojeMacau, 16/09/2011).

Em conclusão, os opositores a este projeto veem a ideia como uma forma de cedência ao lobby anglo-saxónico, apontando o dedo a Kirsty Gusmão, de origem australiana. Certo é que, neste momento, de acordo com declarações prestadas pelo próprio ministro à agência Lusa, em Aveiro, a 17/04/2012, este projeto piloto está a ser implementado nas escolas de 3 distritos: Lautém, Manatuto e Oecussi, sendo as “línguas maternas apenas instrumentos de aprendizagem e de introdução ao conhecimento e depois dá-se a passagem para as línguas de instrução”. Na sua perspetiva, a implementação do projeto não significa que sejam postas em causa as duas línguas oficiais, Português e Tétum, colocando e deixando assim muitas perguntas, no âmbito da planificação linguística, sem resposta.

Esta situação demonstra bem até que ponto, os blocos geopolíticos ASEAN e CPLP influenciam a vida política e social dos timorenses. Quando Timor Leste podia ser um elo de ligação entre ambos, com abertura para a Comunidade Europeia e Mercosul (BRIC, incluído), “torna-se” um elemento fraturante. Enquanto a ASEAN¹⁴ vê como nefasta a opção pelo português como uma das línguas oficiais, as reações lusófonas

¹⁴ Ver a título exemplificativo: <http://www.eurasiareview.com/14042012-timor-lestes-language-policy-the-boulder-on-the-shoe-analysis/>

deveriam ser, por vezes, mais moderadas e mais abertas, para não sermos acusados de um certo “neocolonialismo”.

Um outro aspeto prende-se com o facto de, no decorrer da nossa investigação sobre a situação sociolinguística do país, termos verificado que o espanhol (o castelhano) é uma língua oculta a emergir, muito ligado à área da saúde e, possivelmente, ao desporto, dada a forte cooperação com Cuba. Os alunos de Medicina têm um período inicial para a aprendizagem do castelhano e os Centros de Saúde acolhem muitos médicos e enfermeiros cubanos. A presença chinesa também está a adquirir grande visibilidade, exigindo quase sempre a presença de um tradutor nos empreendimentos. Há, pois, nichos linguísticos com pouca visibilidade na política linguística, mas com grande impacto na vida quotidiana.

Também a questão da grafia do Tétum, aprovada, como referimos em 2004, pelo poder político, não obteve, na altura, o acordo da Igreja, inviabilizando-se desse modo o seu ensino sistemático, agravado pela falta de suportes didáticos.

Se a opção timorense for a de consolidar a presente política linguística, mesmo com a introdução de novos contributos, como seja o das línguas autóctones, numa perspetiva de convivalidade linguística, talvez possamos glosar o Professor Gilvan Muller de Oliveira (2009), ao afirmar:

O português sairá fortalecido no âmbito da promoção interna da língua se se puder recomendar, com êxito, políticas em que o conhecimento do português não signifique o abandono das demais línguas, e sim um bilinguismo aditivo, no qual o indivíduo possa utilizar adequadamente as suas línguas, em âmbitos específicos.

Bibliografia:

Albuquerque, D. (2011) "O futuro do português em Timor-Leste". In <http://paginaglobal.blogspot.pt/2011/10/o-futuro-do-portugues-em-timor-leste-9.html>

(visto em 12 Outubro 2011)

Alkatiri, Mari (2012) in iOnline. Ver: <http://www.ionline.pt/mundo/mari-alkatiri-xanana-gusmao-maior-corrupor-deste-pais>

(Visto a 12/03/2012)

Batoréo, H. (2010) *Ensinar português no enquadramento poliglóstico de Timor-Leste*. In Palavras, nº37. Lisboa, APP (pp. 55-65).

Brito, R.& Corte-Real, B. (2006). Aspectos da Política Linguística de Timor-Leste, Desvendando Contra-Correntes. In Bastos, N.(Ed), *Língua portuguesa: reflexões lusófonas*, (75-84). Brasil: Editora da PUC-Sp (EDUC).

Costa, L. (s/data) *TIMOR LOROSA'E (povo, povos, línguas, culturas e história)*, (não publicado)

Diki - Kidiri, M. (2004). Multilinguisme et politiques linguistiques en Afrique. In Actes du Colloque Développement durable : leçons et perspectives, organizado pela Université de Ouagadougou, pela Agence universitaire de la Francophonie (AUF) e l'Agence intergouvernementale de la Francophonie, Burquina- Fasso, Junho de 2004, (27-36) Visitado no sitio : www.francophonie-durable.org/.../colloque-ouaga-programme.pdf (19 de Maio de 2010)

Durand, Fr. (2010). *Timor-Leste - País no Cruzamento da Ásia e do Pacífico - Um Atlas Histórico-Geográfico*. Lisboa: Lidel.

Durand, Fr. (2011). *Timor Leste-Premier État du 3^{ème} millénaire*. Paris:Éditions Belin

Educação multilíngue baseada na língua materna ver em

<http://www.scribd.com/collections/3046404/Education-Policy-Law-and-Research>

Equipa do Desenvolvimento do Currículo do Ensino Primário (2005). *Programa Língua Tétum/ Programa Lian Tetun, Ensino Primário – 1^ª-6^ª ano*. Baucau, Unicef, Sida, Ministério da Educação e da Cultura da República Democrática de Timor-Leste

Faculdade de Arquitetura, Gertil (2002). *Atlas de Timor Leste*. Lisboa: Lidel

Hull, G. & Eccles, L.(2005). *Gramática da Língua Tétum*. Lisboa: Lidel

Hull, G. (2002). *The Languages of East Timor. Some Basic Facts*. Díli: Instituto Nacional de Linguística, Universidade Nacional de Timor Lorosa'e.

Hull, G. (2005). *Preparara o tétum para o futuro*. Suplemento do JL, nº 907, Ano XXV, 6-19 de Julho. Lisboa

Visto em: www.instituto-camoes.pt/encarte/encarte88b.htm (19 de Maio de 2010)

Diki - Kidiri, M. (2004). Multilinguisme et politiques linguistiques en Afrique. In Actes du Colloque Développement durable : leçons et perspectives, organizado pela Université de Ouagadougou, pela Agence universitaire de la Francophonie (AUF) e l'Agence intergouvernementale de la Francophonie, Burquina- Fasso, Junho de 2004, (27-36) Visitado no sitio : www.francophonie-durable.org/.../colloque-ouaga-programme.pdf (19 de Maio de 2010)

Leclerc, J. (2012). *L'Aménagement linguistique dans le monde: Timor Oriental* (République de Timor Lorosae). Quebeque, Universidade Laval, 2004. Visto em: http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/asia/timor_est.htm (10 de março 2012)

Lei de Bases da Educação. (2008). Lei nº 14/2008 in Jornal da República de 29 de Outubro. Timor Leste

Loureiro, R. (2001). Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII. In Camões, revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº14. Lisboa, Instituto Camões, Ministério dos Negócios Estrangeiros.(pp.93-104)

Ministério da Educação. (2007) PLANO CURRICULAR PARA O ENSINO PRÉ-SECUNDÁRIO. Díli, outubro

Ministério da Educação. (2011). Plano Curricular do Ensino Secundário Geral. Díli.

Ministério De Educação e da Cultura (2005) PLANO DO CURRÍCULO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO. TIMOR-LESTE, 2005

Muller de Oliveira, G. (2009). "A CLP e a diversidade". In <http://www.letramento.iel.unicamp.br/portal/?p=1401> (visto em março de 2010)

Thomaz, L.F. (2002). *Babel Lorosa'e. O problema linguístico de Timor Leste*. Lisboa: Coleção Cadernos Camões, Instituto Camões.

Thomaz, L.F. (2008). *País dos Belos: Achegas para a compreensão de Timor-Leste*. Macau: Instituto Português do Oriente, Fundação Oriente